

- REQUERIMENTO Número / ( .ª)
- PERGUNTA Número / XII ( 4 .ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto: Pedido de Reequilíbrio Financeiro na PPP da FERTAGUS, com a esperada 'entrega' por parte do Governo de mais seis milhões de euros à Barraqueiro, para que esta possa comprar a TAP

Destinatário: Min. da Economia

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

A 18 de Dezembro de 2013 questionámos o Governo sobre a «reivindicação» da Barraqueiro de não pagar as taxas de utilização devidas à REFER, e logo nessa altura demonstrámos que a Barraqueiro se queixava daquilo que deveria agradecer, pois as taxas de utilização não cobrem os custos de investimento e manutenção da infraestrutura e circulação, pelo que são na prática uma forma de subsidiação indireta de um operador privado. O Governo não respondeu.

Recordamos o conteúdo da questão colocada:

*«Foi tornado público que o Governo e a FERTAGUS estarão a renegociar a PPP com a qual têm transferido vastos recursos públicos para o grupo Barraqueiro à custa de um serviço público prestado em condições deficientes. É igualmente público que o grupo privado se queixa do aumento das taxas que a REFER cobra pela utilização da infraestrutura ferroviária. O que já não é público é que a REFER pratica um preço muito abaixo ao custo efetivo do investimento realizado na construção da infraestrutura e ainda assume todas as despesas referentes à manutenção e ao controlo de circulação. Ou seja, que a relação de que tanto se queixa o privado é já de ilícito favorecimento de interesses privados, com a Empresa Pública REFER a assumir os investimentos, os empréstimos, os juros, e os custos do controlo de circulação, e o privado a pagar uma taxa simbólica e da qual ainda é ressarcido pelo Estado. É uma evidência que os investimentos na infraestrutura ferroviária não podem ser suportados pela dívida das empresas públicas como tem acontecido há dezenas de anos, nem podem ser ressarcidos pela aplicação de taxas de uso que tornariam totalmente inviável a circulação ferroviária no país. Mas essa evidência não pode ser aceite pelo governo para enviar milhões para «compensar» os privados e negada pelo Governo quando defende a privatização devido à situação financeira que estas políticas criam às empresas públicas.»*

E perguntámos então, como continuamos a perguntar hoje: «*Tenciona o Governo continuar a drenar recursos públicos para o grupo Barraqueiro, ou vai, de uma vez por todas, terminar com a ruinosa PPP que estabeleceu para a circulação ferroviária sobre o Tejo, inserir essa oferta ferroviária na oferta da CP Lisboa, integrando-a no passe social e reduzindo os custos para utentes e para o Estado?*»

Já em a 11 de Março deste ano, e face ao acumular de dívidas das empresas privadas à REFER por se recusarem a pagar as taxas de circulação, e num quadro em que o Governo impusera à CP que pagasse essas mesmas taxas, questionámos o Governo sobre a sua cumplicidade com a criação desta dívida de uma empresa privada a uma empresa pública e sobre a sua disponibilidade para deixar que esta dívida acabasse por ser perdoada. O Governo não respondeu.

Recordamos o conteúdo da questão então colocada:

«*Foi divulgada a notícia de que a CP pagou à REFER as taxas de utilização que estavam em dívida desde 2012, basicamente desde a altura em que o Governo fez implementar o aumento dessas mesmas taxas. Ora, a questão dos pagamentos em atraso destas taxas à REFER não se limitava à CP, pois as empresas privadas do sector ferroviário também registavam milhões de euros de pagamentos em atraso como pode ser visto nos Relatórios e Contas da REFER. Recordamos até que pelo menos uma dessas empresas – a FERTAGUS – realizou a reivindicação pública de que fosse o Estado a assumir o aumento de custos nas taxas de utilização.*

«*Nessa altura, o Governo mostrou-se disponível a atender essa inaceitável reivindicação dos privados, como aliás é costume, o que significaria que a REFER teria aumentado as taxas de utilização apenas às empresas públicas. Mais uma vez, o Governo segue o mote do neoliberalismo: quando o Estado apoia as empresas públicas está a distorcer a concorrência e quando financia as empresas privadas está a estimular a economia.»*

E perguntámos então, como continuamos a perguntar hoje: «*Qual é o valor da dívida da FERTAGUS, da TAKARGO e das restantes operadoras privadas à REFER? O Governo determinou, ou tenciona atribuir, qualquer desconto ou compensação aos operadores privados pelo aumento das taxas de utilização da infraestrutura ferroviária? Como explica o Governo que uma empresa privada (cujos resultados são embolsados pelos seus acionistas) venha proclamar que utiliza uma infraestrutura pública sem assumir os pagamentos que lhe são reclamados, e o Estado nada faça para receber as verbas que depois anda a roubar das pensões de reforma e dos salários?*»

Lemos agora, nos últimos dias, na Comunicação Social, que o valor que a Barraqueiro reclama são 6 milhões de euros, algo como 1,5 milhões por ano desde 2012. É uma reclamação completamente injusta, pois a FERTAGUS já é subsidiada pela REFER (agora, e provisoriamente, chamada IP) mesmo com o aumento de taxas praticado.

Dá-se a coincidência desse valor ser ligeiramente superior ao valor pelo qual a Barraqueiro entrou formalmente no consórcio a quem o Governo ofereceu a TAP (de acordo com a estória divulgada pelo Governo, a Barraqueiro teria pago 50,1% dos dez milhões que a Gateway pagou pela TAP).

De resto, é do domínio público, e só o Governo finge ignorar, que Humberto Pedrosa da Barraqueiro é um mero rosto nacional da Gateway para fugir à legislação europeia, e que esse papel de alguma forma vai ser pago pelos verdadeiros mandantes do processo: David Neeleman e o Governo.

Assim, e somando-se às questões colocadas nos requerimentos anteriores e que aqui recolocamos, deixamos esta pergunta concreta que o Governo não pode ignorar.

**Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do Ministério da Economia:**

1. Está o Governo à espera de um momento “adequado” para perdoar estes 6 milhões que a Barraqueiro deve às empresas públicas?
2. Que explicações tem o Governo para apresentar face à ausência de resposta às perguntas do PCP sobre esta matéria ao longo destes anos?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 2 de Julho de 2015

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)